



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA**

CONTRATO Nº 026/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE, ENTRE SI, FAZEM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA E A EMPRESA CANAPU COMÉRCIO DE DISTRIBUIÇÃO LTDA, PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.733.319/0001-80, com sede na Rua Monsenhor Walfredo Leal, nº 487, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP: 58.020-540, neste ato representada por seu **DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, DR. RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 250.931.264-20 e RG nº 536.481 SSP-PB, aqui denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **CANAPÚ COMÉRCIO DE DISTRIBUIÇÃO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 08.449.096/0001-81, situada na Rua Anísio Salatiel, s/n, galpão 03, Roger, João Pessoa-PB, neste ato representada pelo **SR. CARLOS WILSON GUEDES CHAVES**, brasileiro, casado, RG nº 1.764.506 SSP/PB e CPF/MF sob nº 953.895.634-68, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar, por força do presente instrumento, baseado no Processo Administrativo nº 00006.001189/2019-5, Pregão Presencial nº 00008/2019 e Ata de Registro de Preços nº 00006/2019 - DPPB, o **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, a seguir caracterizado, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

1.1 - O presente contrato reger-se-á pelos seguintes diplomas legais:

- a) Constituição Federal (artigo 37, XXI).
- b) Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.
- c) Constituição do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 – O presente contrato tem por objeto o fornecimento, pela CONTRATADA, de material permanente à CONTRATANTE, por demanda, correspondente aos itens 12 e 13 da Ata de Registro de Preços nº 00006/2019, na medida das necessidades da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

3.1. Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

3.1.1. Ata de Registro de Preços nº 00006/2019, do Pregão Presencial nº 00008/2019.

3.1.2 – Anexo I – Projeto Básico/ Termo de Referência – Descrição do Objeto.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento realizado sob demanda, o valor por unidade registrado na Ata gerenciada pela CONTRATANTE, relativo ao objeto fornecido, acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is), perfazendo o valor total estimado em até R\$ 67.650,00(Sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 - Os preços contratados são fixos pelo período de 01 (um) ano, exceto para os casos previstos no art. 65, §§ 5º e 6º da Lei nº 8.666/93.

Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do art.65, inciso, II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da empresa CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, através de aditivo apropriado, por ser o serviço

objeto da licitação considerado como sendo de caráter continuado, nos termos do que estabelece o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

Parágrafo único: O prazo máximo para a execução do objeto contratado pela CONTRATADA é de até 05(cinco) dias corridos para a entrega, à partir da emissão do pedido de compra pela CONTRATANTE, no endereço: Rua Monsenhor Walfredo Leal, nº 487, 1º andar, bairro Tambiá, João Pessoa-PB – CEP: 58.020-540.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado mediante ordem bancária para crédito em conta da Contratada ou através de código de barras. Neste caso, a Nota Fiscal/Fatura deverá possuir o respectivo código que permita o pagamento. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal/ Fatura, depois de aceite DEFINITIVO e liberação da documentação pela Contratante.

Parágrafo primeiro - O pagamento do objeto contratado será feito mediante a apresentação da nota fiscal, indicando o número da inscrição no cadastro de contribuintes do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município em que seja estabelecida a CONTRATADA, ou do ICMS, de competência do Estado em que seja estabelecida a CONTRATADA, conforme seja o objeto do contrato passível da incidência de um dos dois impostos.

Parágrafo segundo – Deverá ser comprovada a regularidade da empresa mediante a emissão das seguintes certidões de regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS.
- c) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.

Parágrafo terceiro – Admitir-se-á a participação no certame de empresa matriz e/ou filial, entretanto, as certidões a serem apresentadas para assinatura do contrato e para pagamento durante a eventual prestação do serviço deverá ser da

mesma empresa proponente, não se admitindo a participação de matriz e a posterior apresentação da documentação de filial e vice-versa.

Parágrafo quarto – As certidões supracitadas serão obtidas mensalmente pela DPPB a partir do site oficial do respectivo órgão, devendo a licitante manter durante todo o contrato as condições de habilitação. No caso de não emissão de alguma certidão, a empresa prestadora do serviço será notificada para regularizar a situação, cabendo a mesma providenciar a regularização para posterior pagamento.

Parágrafo quinto – Para os efeitos do disposto no art. 206, do Código Tributário Nacional, a Certidão Positiva com Efeito de Negativa terá a mesma validade da certidão negativa de débitos de tributos.

Parágrafo sexto – Na falta de qualquer certidão de que trata a cláusula sétima, deste Termo, o órgão Contratante fica expressamente autorizado a ajuizar ação de consignação em pagamento, de maneira a não caracterizar a situação de inadimplência, devendo tal disposição estar contida no texto do contrato administrativo resultante da licitação. Tal disposição se aplica também na hipótese de aditivo contratual de prorrogação.

Parágrafo sétimo – O pagamento será, preferencialmente, efetuado por objeto contratual efetivamente entregue ou prestado e aceito, mediante a emissão de ordem bancária em favor da CONTRATADA.

Parágrafo oitavo – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo nono - A CONTRATADA responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, na execução deste contrato, pelo pessoal diretamente vinculado e subordinado, não podendo, para quaisquer finalidades, caracterizar relação de natureza empregatícia com a CONTRATANTE.

Parágrafo décimo - Os valores a serem pagos à CONTRATADA não ultrapassarão o limite previsto neste CONTRATO, salvo na hipótese de aditivo contratual, nos limites legais.

Parágrafo décimo primeiro – A CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os bens ou serviços não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.

Parágrafo décimo segundo – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos, podendo a CONTRATANTE deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos do presente ajuste.

Parágrafo décimo terceiro – Nos casos onde ocorram eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$$EM = I \times N \times VP \text{ e } I = (TX / 100) / 365$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira diário;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento ao ano);

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo décimo quarto – Nas hipóteses previstas na legislação pertinente, quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá também destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, na hipótese de a legislação tributária do município de seu estabelecimento assim determinar, se o objeto do contrato se referir a prestação de serviços sujeita à incidência desse imposto. A inexistência do destaque de que trata o caput deste parágrafo não impede a retenção por parte da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo quinto - Sempre que a CONTRATADA apresentar sua nota fiscal em dissonância com o disposto nesta cláusula, o respectivo documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para as devidas retificações, devendo, sempre que solicitado, emitir novo documento fiscal.

Parágrafo décimo sexto – A CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o custo com postagem de ofício decorrente de devolução de nota fiscal ou outro documento idôneo

correspondente. O valor a ser descontado será o correspondente ao custo de SEDEX (com aviso de recebimento) ao CEP da CONTRATADA, relacionado na tabela praticada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT junto à CONTRATANTE.

Parágrafo décimo sétimo – Fica a Contratante responsável pela consulta online da documentação referente ao parágrafo segundo, ficando a contratada responsável de enviar a referida comprovação documental em caso de indisponibilidade pelo acesso ao Sistema. Outrossim, o pagamento encontrar-se-á desta forma, condicionado a necessária comprovação da regularidade fiscal.

Parágrafo décimo oitavo – O pagamento do objeto do Contrato já executado será feito mediante a apresentação da nota fiscal. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser a do estabelecimento da Contratada, adjudicatária da licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - Os recursos para pagamento das despesas decorrentes da presente contratação correrão, à conta da dotação orçamentária: 14902.02.062.5158.4087.449052.270

CLÁUSULA NONA - DO EMPENHO DA DESPESA

9.1 - Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato, estão regularmente inscritos na Nota de Empenho Estimativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1.1 - Caberá à CONTRATADA:

- a) cumprir fielmente o presente Contrato e as obrigações, responsabilizando-se integralmente pela execução do contrato, obedecendo rigorosamente à programação constante da licitação;
- b) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o compromisso a ser assumido, exceto se autorizado pela Administração, ressalvadas as subcontratações de empresas terceirizadas para a execução de atividades-meio, assim entendidas as decorrentes de ligação, desligamento, e outras afins;
- c) comunicar por escrito, à unidade responsável pela fiscalização deste contrato, qualquer anormalidade ou ocorrência durante a prestação dos serviços, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado e exigido pelo Contratante;

- d) manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) responder perante a CONTRATANTE por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação do objeto do contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- f) observar e fazer cumprir os procedimentos destinados ao controle e acompanhamento do objeto do contrato;
- g) manter, à frente da execução do objeto do contrato representante que responda, integralmente, pela Contratada, em todos os atos, inclusive por danos causados ao patrimônio da Contratante;
- h) qualificar seus empregados, exigindo a qualificação necessária para a execução das tarefas contratadas, fiscalizando o cumprimento;
- i) assumir as responsabilidades e obrigações constantes do Edital e seus anexos, em especial o disposto no Termo de Referência, bem como as que lhe forem correlatas, ainda que aqui não expressas, inclusive pelos danos causados direta ou indiretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa.
- j) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade do objeto contratado.
- l) reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- m) responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais empregados, fornecendo todo o material de acordo com as especificações técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, assim como o processo de sua utilização.
- n) cumprir as condições de garantia e suporte técnico do objeto contratual de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.
- o) responsabilizar-se pela configuração, gerência da qualidade e aspectos de segurança do serviço prestado.
- p) apresentar todos os equipamentos necessários na composição da solução com base neste Termo de Referência que sejam passíveis de certificação deverão ter o seu Certificado de Registro homologado junto à Anatel e possuir etiqueta que comprove sua homologação.
- q) prestar informações precisas sobre cada um dos pontos instalados, inclusive a tecnologia proposta, comprovando o atendimento a todos os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;

10.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.2.1 - Caberá à CONTRATANTE:



-



- a) Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do contrato;
- b) Proporcionar à empresa contratada todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- c) Notificar o contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela CONTRATANTE ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, e será rescindido de pleno direito, conforme o disposto nos artigos 77,78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único: O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25%(vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS SANÇÕES

12.1 - Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a nota de empenho e/ou assinar o contrato, a sessão será retomada e a demais licitantes chamada na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis:

- a) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com o Estado, e, se for o caso, será descredenciado no SIREF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e demais cominações legais.

Parágrafo primeiro - Pela recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o contrato ou pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas e/ou erros de execução, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante CONTRATADA, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) ficará a CONTRATADA, sujeito a multa de 2% (dois por cento) da parcela não

executada a critério da Administração;

c) suspensão temporária do direito de participar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Parágrafo segundo - As sanções de que trata o parágrafo anterior são de competência exclusiva do Senhor DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação.

Parágrafo terceiro - O valor da multa aplicada, após regular Processo Administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, cobrados judicialmente.

Parágrafo quarto - As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais comprovados, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulado para o cumprimento do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo n.º 00006.001189/2019-5, ao Edital do Pregão Presencial n.º 00008/2019 e a Ata de Registro de Preços n.º 00006/2019 - DPPB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 - A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada em extrato, no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

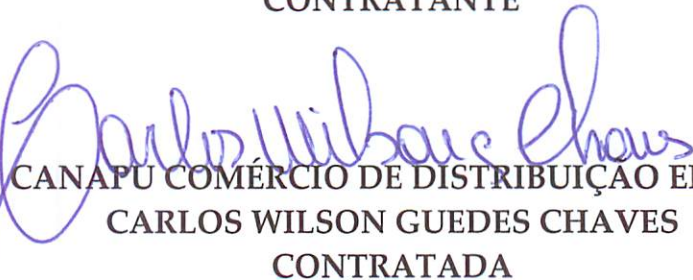
15.1 - O foro para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato é o da

Justiça do Estado da Paraíba, comarca de João Pessoa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e CONTRATADAS, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no setor administrativo da CONTRATANTE, de acordo com o Art. 60 da Lei n.º 8.666/93.

João Pessoa/PB, 30 de setembro de 2019.


DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
CONTRATANTE

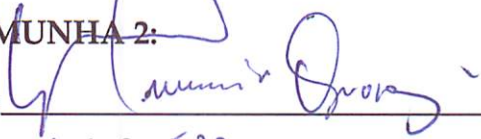

CANAPU COMÉRCIO DE DISTRIBUIÇÃO EIRELI
CARLOS WILSON GUEDES CHAVES
CONTRATADA

TESTEMUNHA 1:

NOME:  _____

DOC: 1790853 _____

TESTEMUNHA 2:

NOME:  _____

DOC: 1.109.522 _____

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO PROCESSO: 00006.001189/2019-5

Nº DO CONTRATO: 026/2019

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONTRATADA: CANAPU COMÉRCIO DE DISTRIBUIÇÃO EIRELI

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE


PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO

VALOR ANUAL ESTIMADO: R\$ 67.650,00 (SESSENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14902.02.062.5158.4087.449052.270

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2019

EMBASAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/2002 e LEI Nº 8.666/93



RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
Defensor Público Geral do Estado da Paraíba

RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
Defensor Público Geral do Estado da Paraíba

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO PROCESSO: 00006.001189/2019-5

Nº DO CONTRATO: 029/2019

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONTRATADA: GERALDO VIDAL DA NÓBREGA

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO

VALOR ANUAL ESTIMADO: R\$ 31.700,00 (TRINTA E UM MIL E SETECENTOS REAIS)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14902.02.062.5158.4087.449052.270

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2019

EMBASAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/2002 e LEI Nº 8.666/93

RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS

Defensor Público Geral do Estado da Paraíba

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO PROCESSO: 00006.001189/2019-5

Nº DO CONTRATO: 026/2019

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONTRATADA: CANAPU COMÉRCIO DE DISTRIBUIÇÃO EIRELI

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DO CONTRATO

VALOR ANUAL ESTIMADO: R\$ 67.650,00 (SESSENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14902.02.062.5158.4087.449052.270

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2019

EMBASAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/2002 e LEI Nº 8.666/93

RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS

Defensor Público Geral do Estado da Paraíba

Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia

EXTRATOS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Extrato de CONVÊNIO

Nº do Cadastro 19-80826-7

Nº do Instrumento 0338/2019

Concedente SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Conveniente PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAUNA

Objeto CUSTEAR O TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS.

Valor 12.360,00

Classificação Funcional-Programática 22.101.12.361.5006.4871.0287.3340.39.103

Período da Vigência do Instrumento 8/10/2019 A 31/12/2019

Data da Assinatura 8/10/2019

GABRIEL DOS SANTOS SOUZA GOMES - SEC EXEC DE ADM DE SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA

Extrato de CONVÊNIO

Nº do Cadastro 19-80827-5

Nº do Instrumento 0374/2019

Concedente SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Conveniente PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

Objeto CUSTEAR O TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS.

Valor 47.768,00

Classificação Funcional-Programática 22.101.12.361.5006.4871.0287.3340.39.103

Período da Vigência do Instrumento 8/10/2019 A 31/12/2019

Data da Assinatura 8/10/2019

GABRIEL DOS SANTOS SOUZA GOMES - SEC EXEC DE ADM DE SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA

Universidade Estadual da Paraíba

EXTRATOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Contratante UNIVERSIDADE
Contratado WEBTRIP AGÊNI
Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRI
DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, P
REAS NACIONAIS DE TODAS AS CO
COMPREENDENDO A COTAÇÃO, RE
DE PASSAGENS PARA A UNIVERSID
Valor 20.000,00

Classificação Funcional-Programática
Período da Vigência do Contrato
Data da Assinatura 8/10/2019
Gestor do Contrato JOSÉ PEREIRA D
ANTONIO GUEDES RANGEL JÚNI

Extrato de Contrato

Nº do Cadastro 19-02397-9

Nº do Contrato 0935/2019

Contratante UNIVERSIDADE

Contratado PREVEINFO INFI

Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL

PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTUR

Valor 67.040,25

Classificação Funcional-Programática

Período da Vigência do Contrato

Data da Assinatura 8/10/2019

Gestor do Contrato ERINALDO CASS

ANTONIO GUEDES RANGEL JÚNI

Polícia Militar da Paraíba

EXTRATO

POLICIA MILITAR DO ESTADO DA

Extrato de Contrato

Nº do Cadastro 19-02395-2

Nº do Contrato 0071/2019

Contratante POLICIA MILIT

Contratado SPORTS MAGAZ

Objeto AQUISIÇÃO DE MEDALHA

Valor 20.891,00

Classificação Funcional-Programática

Período da Vigência do Contrato

Data da Assinatura 8/10/2019

Gestor do Contrato ONIERBETH ELL

EULLER DE ASSIS CHAVES - COMA

Secretaria de Estado da Agropecuária e d

EXTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DE DESE

Extrato de Aditivo de Contrato

Nº do Cadastro 18-00783-0

Nº do Contrato 0003/2018

Contratante SECRETARIA DE

Contratado CONSTRUTORA

Valor Original do Contrato 2.370,00

Nº do Aditivo 01

Objeto do aditivo O PRESENTE AD

ZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº

PARTIR DE 25.07.2019 AFÉ 25.07.2020,

DE MANUTENÇÃO DE OPERAÇÃO, I

CONFORME TERMO DE REFERÊNCI

SIDADES DA SEDAP/DEASA, E A RE

DO VALOR, EM CONFORMIDADE C

DO CONTRATO 003/2018, PARA ADE

DOS SERVIÇOS, PASSANDO DO VAL

SETE MIL E QUINHENTOS REAIS), PA

ONZE MIL CENTO E NOVENTA REAIS

VARIACÃO ESTABELECIDNA CON

REGISTRO PB000196/2019, CLEVAND

6.9336%, EM CONFORMIDADE COM

CIA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUA

40.981.516/0001-89, PARA A SECRESA

doal da Paraíba - UEPB
 a de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER
 ntar o programa de mútua cooperação acadêmica e técnico-científica
 trabalhos de interesse comum entre as partes, previamente definidos em
 tendo como fim precípuo o desenvolvimento, em parceria, de projetos
 odutos de natureza científica e tecnológica. Formalizar as condições
 icular obrigatório de estudantes regularmente matriculados da CON-
 ENTE, para aprimoramento profissional, cultura e social em comple-
 ar. O estágio será cumprido no âmbito da Unidade CONCEDENTE e
 nicas e deverá ser compatível com a área de formação do aluno.

19 a 10/2023
 de 2019
 ceiro - EMPAER

ás - PBGÁS

ATO
 DE GÁS

RAIBANA DE GÁS
 ROCA BORBOREMA ALVES – ME
 X, incluindo sua entrega e retirada, para armazenamento e guarda de
 mentos da Gerência Regional - GRE, conforme descrição e especifica-
 cto 02 - Termo de Referência.

am 09/10/2019 a 09/10/2020

NA DE FÁTIMA FERREIRA DO EGITO Matrícula 0006.CPF n°:

CIANO

**estado
 ão Penitenciária**

ATOS

EL ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
 O PESSOA MERCANTIL EIRELI
 NEROS ALIMENTÍCIOS (FARINHA DE TRIGO) PARA ATENDER AS
 APSONAL DO ESTADO DA PARAÍBA, CONFORME CLAUSULA
 ONTRATO, EM CONSONÂNCIA COM AS ESPECIFICAÇÕES E
 E TEXOS NO EDITAL DO PREGÃO IDENTIFICADO NO PREAM-
 EDORA.

24.101.14.422.5005.4295.0287.3390.30.100.00
 4/10/2019 A 31/12/2019

DE CIVIA SOUZA - Mat.: 1686437
 SECRETARIO

HO 33.340193

ON DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
 ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR
 COM MÃO DE OBRA PRISIONAL, FORNECIDA PELOS
 PRISIONAL DO ESTADO DA PARAÍBA, NOS LOCAIS E DEPEN-

**Defensoria Pública do
 Estado da Paraíba**

LICITAÇÃO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019**

A DEFENSORIA DO ESTADO DA PARAÍBA por intermédio do seu pregoeiro, torna público o A-
 MENTO da licitação em epígrafe, publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal a União no c
 de setembro de 2019 às Fís. 19 e 28 respectivamente, cujo Objeto: REGISTRO DE PREÇOS
 aquisição de 01(uma) unidade móvel para atender as necessidades da Defensoria Pública da Pa
 conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. FORMA DE JULGAR
 TO: Menor Preço por Item.ALTERA o RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS PARA: 23/10/2
 partir das 08h00min. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTAS DE PREÇOS: dia 25/10/2
 partir das 10h00min após avaliação das propostas pelo Pregoeiro. LOCAL: www.licitacoes-e.cc
 INFORMAÇÕES: Edital e seus anexos poderão ser obtidos mediante prévia solicitação na Defe
 Pública do Estado da Paraíba, situada à Rua Monsenhor Walfredo Leal, 487, Tambiá – João Pess
 na sala da CPL, Comissão Permanente de Licitações, 1º andar das 12h00min às 18h00min de segu
 quinta-feira e das 08h00min às 14h00min na sexta-feira; pelo e-mail: epldp@defensoria.pb.def.br
 site: http://www.defensoria.pb.def.br/transparencia/licitacoescomprasdiretas.php

João Pessoa-PB, 10 de outubro de

João Franco da Costa Filho
 Pregoeiro Oficial

EXTRATOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATUAL
 Nº DO PROCESSO: 00006.000892/2019-4
 Nº DO CONTRATO RESCINDIDO: 015/2019
 NÚMERO DA RESCISÃO CONTRATUAL: 003/2019
 CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
 CONTRATADA: KELINE DE OLIVEIRA DIAS EPP
 OBJETO CONTRATUAL RESCINDIDO: SERVIÇOS DE RECARGA DE SUPRIMENTOS
 NERS E CARTUCHOS)
 DATA DA ASSINATURA DA RESCISÃO CONTRATUAL: 08/10/2019
 EMBASAMENTO LEGAL: ART. 78, INCISO 1, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS A
 RAÇÕES POSTERIORES.
 RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
 DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE ADITIVO
 ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 002/2015-DPPB
 CONCEDENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
 CONVENIENTE: IESP- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA.
 OBJETO: FORMALIZAR JUNTO A INSTITUIÇÃO DE ENSINO RETRO MENCIONADA
 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, AS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA A
 ALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E OBRIGATÓRIO DE ALUNOS RI
 LARMENTE MATRICULADOS NO CURSO DE DIREITO OFERECIDO PELA INSTITUI
 SUPERIOR DE ENSINO, SELECIONADOS DE ACORDO COM O PROCESSO SELETIVO I
 BORADO PELA INSTITUIÇÃO ORA CONVENIENTE, PARA PREENCHIMENTO DE 20 (2
 TE) VAGAS DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA
 RAÍBA, PREVIAMENTE DESIGNADOS PELAS PARTES ORA CELEBRANTES DO PRESE
 TERMO.
 VALOR: R\$ 108.000,00 (CENTO E OITO MIL REAIS)
 CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS:
 14.101.03.122.5046.4216.3390.36.100
 PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/07/2019 a 30/06/2020
 DATA DA ASSINATURA: 01/07/2019
 * REPUBLICAR POR INCORREÇÃO.
 RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
 Defensor Público Geral

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE CONVÊNIO
 Nº DO PROCESSO: 00006.001589/2019-6
 Nº DO CONVÊNIO: 005/2019
 CONVENIENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
 CONVENIADAS: CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA – UNIPÊ, SECRETARIA
 TADUAL DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAPE E A ARQUIDIOCESE DA PARA
 OBJETO DO CONVÊNIO: EXECUTAR O PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO “EX
 CÃO PARA ALÉM DO CARCERE”
 PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: QUARENTA E OITO MESES, A CONTIN



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 17/10/2019 às 12:33:03 foi protocolizado o processo sob o Nº 18976/19 da subcategoria Contrato, exercício 2019, referente a(o) Defensoria Pública do Estado da Paraíba, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Elisangela Cunha Barreto.

Número do Contrato: 000000262019
 Data da Publicação: 11/10/2019
 Data da Assinatura: 30/09/2019
 Data Final do Contrato: 29/09/2020
 Valor Contratado: R\$ 67.650,00
 Situação do Contrato: Vigente
 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE
 Informações Complementares: valor estimado
 Contratado (Nome): Canapu Comercio de Distribuicao Ltda. - Me
 Contratado (CNPJ): 08.449.096/0001-81

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
[PDF] Contrato	Sim	39580e55d1550e7df94040ee8e78fe91
[PDF] Designação do fiscal do contrato	Não	
[PDF] Designação do gestor do contrato	Não	
[PDF] Documentos comprobatórios da regularidade da contratada	Não	
[PDF] Publicidade do(s) contrato (s)	Sim	7641c2d85a196c2a6ca8cb29db2f0bc9

João Pessoa, 17 de Outubro de 2019



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB